

CRISTIANISMO POPULAR E MESSIANISMO POLÍTICO BRASILEIRO

POPULAR CHRISTIANITY AND BRAZILIAN POLITICAL MESSIANISM

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre¹

Fernando Luz Sinimbu Portugal²

Recebido: 03 de Outubro (2025) / Revisado: 30 de Novembro (2025) / Aceito: 06 de Fevereiro (2026).

RESUMO: Este artigo investiga a relação entre o cristianismo popular e o messianismo político no Brasil, com ênfase em sua influência nas formas de subjetivação e na construção do imaginário político nacional. A partir das perspectivas histórica e social, examina-se como elementos simbólicos e religiosos oriundos da tradição cristã — especialmente em sua forma popular — têm moldado lideranças políticas carismáticas e movimentos coletivos que reivindicam transformações sociais profundas, muitas vezes sob a figura de um "salvador" ou "ungido". O trabalho dialoga com a história, a teologia política e a filosofia para compreender como tais fenômenos, ainda presentes no contexto contemporâneo, podem lançar luz sobre o atual cenário de polarização e ascensão de lideranças messiânicas no Brasil. Ao final, propõe-se uma reflexão crítica sobre os riscos e as potências desse imaginário religioso-político.

PALAVRAS-CHAVE: Cristianismo popular; messianismo; bolsonarismo; imaginário religioso.

ABSTRACT: This article explores the relationship between popular Christianity and political messianism in Brazil, focusing on their influence on subject formation and the construction of national political imagination. From a social-historical perspective, it examines how symbolic and religious elements from Christian tradition—especially in its popular expressions—have shaped charismatic political leaderships and collective movements seeking deep social transformation, often embodied in the figure of a "savior" or "anointed one." The article engages in dialogue with history, political theology, and philosophy to understand how such phenomena, still present today, illuminate Brazil's current polarized political context and the rise of messianic leaders. It concludes with a critical reflection on the risks and potentialities of this religious-political imaginary.

KEYWORDS: Popular Christianity; messianism; Bolsonaroism; religious imaginary.

1 INTRODUÇÃO

A religiosidade constitui um elemento essencial da cultura dos povos, expressando-se como um sentimento universalmente reconhecido e manifestado por meio de práticas e rituais que conferem sentido à existência humana. Historicamente, os seres humanos têm buscado compreender e responder aos fenômenos naturais e ao desconhecido, um esforço que se revelou fundamental para sua sobrevivência. Esse processo de busca pelo significado do mundo e da vida gerou narrativas, mitos e crenças que, ao serem internalizados, consolidaram-se na fé, a qual serve como alicerce da religiosidade (Oliveira, 2019; Sousa, 2021).

¹ Doutor e mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Professor do programa de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).

² Doutorando em Direito na Universidad de Santiago de Compostela, Espanha. Doutorando e mestre em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Diversas práticas religiosas, como festividades, ritos, cultos, peregrinações, promessas e penitências, desempenham um papel central na vida espiritual das sociedades, assumindo variações conforme o contexto cultural. Em particular, tais manifestações estão frequentemente associadas à busca de cura, proteção ou salvação, demonstrando o caráter subjetivo da religiosidade, ainda que suas expressões externas possam ser observadas e analisadas. Embora muitas vezes contrastada negativamente com a religião institucional, a religiosidade, ao ser examinada em sua dimensão sociocultural, revela-se um fenômeno que transcende a ortodoxia religiosa e incorpora elementos de significação coletiva e individual. (Oliveira, 2019; Pessoa, 2016)

O conceito de religiosidade está intrinsecamente ligado às relações humanas com o sagrado e a espiritualidade, podendo ou não estar associado a uma religião institucionalizada. Apesar da frequente sobreposição dos termos “religiosidade” e “espiritualidade”, a distinção entre eles é fundamental: enquanto a religiosidade geralmente implica espiritualidade, esta última pode se desenvolver independentemente da primeira. Nesse sentido, um indivíduo pode ser espiritual sem estar vinculado a uma tradição religiosa específica, uma vez que a espiritualidade está relacionada a questões existenciais, valores éticos e à forma como esses elementos se refletem no comportamento humano. (Pereira, 2011)

A religiosidade acompanha o ser humano ao longo de toda a sua trajetória, desde o nascimento até a morte, manifestando-se por meio de ritos, orações e cerimônias que conferem significado aos eventos da vida. Tais práticas proporcionam conforto e bem-estar, auxiliando na elaboração de experiências difíceis e na conexão com uma dimensão transcendente. Nesse sentido, as expressões religiosas não apenas refletem crenças externas, mas também remetem a uma interioridade que fundamenta sua vivência. (Pereira, 2011)

Esta pesquisa concentra-se no catolicismo popular, entendido não apenas como uma vertente do catolicismo institucional, mas como um conjunto de práticas culturais fortemente enraizadas na formação histórica do Brasil. A religiosidade popular compreende expressões, crenças e ritos que se desenvolvem à margem das estruturas formais das religiões, configurando-se como uma apropriação local e personalizada das tradições religiosas. Essas manifestações são profundamente influenciadas pelas experiências vividas pelos indivíduos e pelas especificidades do meio social em que ocorrem, incorporando elementos culturais e históricos distintos. (Pessoa, 2016; Sousa, 2021)

Contudo, é fundamental evitar a redução da religiosidade a um sistema religioso específico, pois tal associação poderia limitar suas expressões e restringir sua liberdade simbólica. A religiosidade, por sua natureza, transcende as instituições formais, podendo existir

independentemente de templos, liturgias ou oferendas. Suas manifestações se desdobram nas experiências cotidianas e na relação subjetiva do indivíduo com o sagrado. (Pereira, 2011).

O termo “popular”, quando empregado no contexto da religiosidade, refere-se a uma vivência religiosa que se distancia dos dogmas e estruturas das instituições formais, sendo amplamente difundida entre as classes populares. Embora a noção de religiosidade popular seja vasta, ela representa uma realidade sociocultural significativa, frequentemente analisada de maneira descritiva sem a devida consideração de seu contexto histórico e antropológico. Essas práticas religiosas são especialmente recorrentes em comunidades rurais e periféricas, podendo coexistir com as religiões institucionalizadas ou desenvolver-se paralelamente a elas. Além disso, a religiosidade popular frequentemente se apresenta como uma forma de resistência cultural e espiritual, contrastando com os padrões estabelecidos pela religiosidade oficial. (Pessoa, 2016).

A religiosidade popular está intrinsecamente relacionada aos hábitos, práticas e costumes de um povo, refletindo o ambiente sociocultural no qual se insere. Como destacado na instigante pesquisa de Silvério Pessoa (2016), seja no interior de Pernambuco ou na zona rural do sul da França, essas manifestações religiosas emergem como tentativas de compreender o desconhecido e de construir significados compartilhados, muitas vezes enraizados em tradições ancestrais. Além de fornecer um sentido para os desafios da existência, a religiosidade popular desempenha um papel essencial na construção identitária das comunidades que a vivenciam.

Apesar da vasta literatura sobre religiosidade popular, messianismo e populismo no Brasil, observa-se uma lacuna analítica no que se refere à articulação sistemática entre tradições simbólico-religiosas de longa duração e sua reatualização no fenômeno político contemporâneo do bolsonarismo.

Em grande parte dos estudos, tais dimensões aparecem tratadas de modo fragmentado, seja como herança histórica dissociada do presente, seja como estratégia discursiva conjuntural, sem uma análise integrada do imaginário religioso-político que sustenta essas continuidades.

A contribuição original deste artigo consiste, portanto, em interpretar o bolsonarismo à luz de uma gramática messiânica enraizada no cristianismo popular brasileiro, evidenciando como elementos escatológicos, redentores e moralizantes são reconfigurados no campo político contemporâneo.

A partir dessa perspectiva, o estudo orienta-se pelas seguintes perguntas centrais: de que maneira o cristianismo popular fornece categorias simbólicas para a legitimação de lideranças políticas messiânicas no Brasil? Como o bolsonarismo reatualiza tradições históricas do

messianismo político nacional? E quais são os efeitos dessa reconfiguração sobre a democracia, a memória histórica e o espaço público brasileiro.

2. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, este artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, ancorada na análise histórico-sociológica e na teologia política. O procedimento analítico consiste na leitura crítica de fontes secundárias, quais sejam, bibliografia especializada nas áreas de ciência da religião, sociologia política, história e filosofia; articulada à interpretação de discursos, símbolos e narrativas mobilizados no campo político brasileiro contemporâneo.

Não se trata de uma pesquisa empírica baseada em levantamento de dados primários, mas de um estudo teórico-analítico que opera por meio da reconstrução conceitual e da comparação histórica, buscando identificar continuidades, deslocamentos e ressignificações do imaginário messiânico ao longo do tempo.

A estratégia interpretativa adotada parte do pressuposto de que fenômenos políticos não se explicam apenas por variáveis institucionais ou econômicas, mas também por estruturas simbólicas e afetivas profundamente enraizadas na cultura religiosa, o que justifica a centralidade conferida ao cristianismo popular como chave analítica ao longo do texto.

3. Populismo Messiânico, Sobrenatural e Apocalíptico (FN)

O conceito de *katéchon* tem sido empregado em análises de Relações Internacionais por pensadores que exploram temas relacionados à ordem, soberania e poder, sobretudo aqueles que abordam a dimensão teológica ou filosófica da política. Um dos principais intelectuais a incorporar essa noção no debate contemporâneo foi Carl Schmitt, cuja obra influenciou significativamente o pensamento político do século XX (Nicoletti, 2017).

Schmitt utilizou o *katéchon* para descrever o papel de determinadas instituições ou figuras políticas que exercem a função de “contenção” do caos, preservando a ordem contra o colapso total e o apocalipse. Para ele, forças políticas como o Império Romano, a Igreja ou o Estado soberano moderno poderiam cumprir essa função, impedindo a emergência da desordem absoluta no sistema internacional. Essa interpretação do *katéchon* estava alinhada à sua crítica ao liberalismo e ao cosmopolitismo, correntes que, em sua visão, fragilizavam a soberania estatal e, conseqüentemente, a ordem global.

Ainda que o termo *katéchon* não seja amplamente utilizado no discurso tradicional das Relações Internacionais, sua presença é notável em análises que investigam o papel do Estado soberano ou de instituições internacionais na prevenção da anarquia global. Para Schmitt e seus seguidores, o *katéchon* pode ser representado pelo Estado-nação, por alianças estratégicas entre grandes potências ou por organizações internacionais que desempenham a função de retardar mudanças estruturais no sistema global (Nicoletti, 2017).

A perspectiva contemporânea sobre o conceito enfatiza a ideia de que certas forças políticas atuam para preservar o status quo internacional, impedindo transformações abruptas ou crises sistêmicas. Algumas análises sugerem que organismos como a ONU, o FMI e coalizões de grandes potências operam como mecanismos de contenção da desordem global. Reinhold Niebuhr, embora não tenha utilizado explicitamente o termo *katéchon*, compartilhou preocupações semelhantes dentro de sua filosofia do Realismo Cristão. Ele defendia que a corrupção e a imperfeição humanas tornavam imprescindíveis as instituições políticas e morais que impedissem o avanço do caos e da tirania. Seus escritos indicam que estruturas como o equilíbrio de poder poderiam cumprir uma função análoga à do *katéchon* ao sustentar a estabilidade mundial e mitigar colapsos sociais e políticos (Nicoletti, 2017).

O debate sobre a relação entre populismo e religião amplia essa discussão, uma vez que a religiosidade popular frequentemente desempenha um papel fundamental na mobilização política. No Brasil, o messianismo intrínseco à religiosidade popular configura um terreno propício para a ascensão de líderes populistas que se apresentam como salvadores do povo contra elites percebidas como corruptas ou indiferentes (DeHanas & Shterin, 2018).

O populismo, conforme caracterizado por Cas Mudde, é uma lógica política que contrapõe um povo “puro” a uma elite corrupta. Essa definição esclarece a estrutura binária do populismo, que não se restringe a um movimento ideológico, mas se configura também como um sentimento social e político. O elemento emocional é central nessa construção, associando-se frequentemente a narrativas messiânicas e religiosas que reforçam a identidade coletiva do “povo” em oposição à elite (Zuquete, 2017).

No contexto brasileiro, a religiosidade popular, composta por práticas e crenças nem sempre formalmente reconhecidas por instituições religiosas, desempenha um papel crucial na vida social e cultural. Essa religiosidade frequentemente combina elementos do catolicismo, do candomblé e de outras tradições, reforçando a conexão entre o sagrado e a vida cotidiana. Essa característica torna-se um poderoso instrumento para a mobilização populista, pois oferece um senso de pertencimento e esperança, especialmente em tempos de crise (da Cunha, 2015).

Autores como Daniel Nilsson DeHanas destacam quatro dimensões espirituais do populismo: sagrada, carismática, redentora e apocalíptica. A dimensão sagrada manifesta-se na noção do “povo escolhido”, frequentemente reforçada por celebrações religiosas e festividades populares. A dimensão carismática evidencia-se na relação direta entre o líder e o povo, com o líder sendo retratado como figura excepcionalmente dotada para interpretar e expressar a “vontade do povo”. A dimensão redentora articula-se à promessa de salvação e transformação, em que o líder populista assume o papel de redentor capaz de libertar o povo das adversidades. Por fim, a dimensão apocalíptica se manifesta na retórica da iminência do colapso moral ou social, contra o qual o líder deve atuar como o único capaz de evitar a destruição (DeHanas, 2023).

A interação entre populismo e religião é particularmente visível no Brasil, onde a religiosidade popular tem sido historicamente um fator determinante na mobilização política. Movimentos messiânicos como o de Antônio Conselheiro em Canudos e o culto ao Padre Cícero demonstram como a fé pode ser um motor para a organização coletiva e a construção de lideranças carismáticas. No contexto contemporâneo, a ascensão do evangelicalismo político reflete uma combinação entre fé e mobilização política, onde a identidade religiosa é utilizada como um critério central de distinção entre o “nós” e o “eles” na retórica populista (DeHanas & Shterin, 2018).

As igrejas neopentecostais, em particular, desempenham um papel fundamental nesse processo, adotando estratégias de marketing e comunicação semelhantes às de campanhas políticas. Pregações que enfatizam o sucesso, a prosperidade e a luta contra forças malignas convergem com a narrativa populista da guerra cultural e da restauração dos valores tradicionais. A influência desses líderes religiosos na política brasileira se intensificou nas últimas décadas, especialmente em eleições presidenciais, quando figuras como Jair Bolsonaro receberam amplo apoio de setores evangélicos ao se apresentarem como defensores da moral cristã e da família tradicional (Zuquete, 2017).

O discurso neopentecostal muitas vezes adota uma linguagem apocalíptica, retratando o cenário político em termos de uma batalha entre o bem e o mal. Essa estrutura discursiva reforça a ideia de que determinadas lideranças são “ungidas” para combater as forças que ameaçam os valores da nação, estabelecendo um vínculo direto entre religião e política. Tal fenômeno fortalece a lealdade dos seguidores e amplifica a polarização social, um traço característico de movimentos populistas que buscam consolidar seu poder por meio de dicotomias extremas (da Cunha, 2015).

A funcionalidade do messianismo na política populista reside na sua capacidade de oferecer uma explicação simplificada para problemas complexos, projetando no líder a responsabilidade de redimir o povo de suas dificuldades. Essa dinâmica pode resultar em uma adesão acrítica às promessas políticas, o que dificulta a avaliação racional das políticas propostas e de suas consequências. A promessa de um futuro redentor ressoa profundamente em momentos de crise, funcionando como um mecanismo de mobilização e coesão social (Zuquete, 2017).

A intersecção entre religião e populismo tem implicações significativas para a política brasileira. A religiosidade popular, com sua forte carga emocional e simbólica, não apenas influencia a identidade coletiva, mas também fornece uma base discursiva poderosa para a mobilização política. Se, por um lado, a religião pode servir como força motriz para a participação cívica e a defesa de direitos, por outro, sua instrumentalização pelo populismo pode levar à polarização e à erosão dos princípios democráticos. Compreender essa relação é essencial para analisar as tendências políticas contemporâneas e seus impactos na sociedade brasileira.

4. A Ditadura Militar e o Passado Mítico (FP)

A reflexão e o desdobrar da memória histórica de regimes autoritários frequentemente se apoiam em mitificações e idealizações do passado, fenômeno que ocorre expressivamente em contextos ditatoriais, especialmente encabeçados pelas forças armadas. Períodos como estes são, geralmente, marcados por narrativas oficiais que buscam legitimar o regime por meio da exaltação do passado, supostamente glorioso, em contraposição ao presente intencionalmente tratado como caótico, ameaçador e/ou degenerado. Essa dinâmica, com efeito, traz implicações profundas na autocompreensão da sociedade civil e das instituições, ao ponto de engendrar devoção e, no limite, uma certa sacralização de símbolos e de lideranças políticas.

A ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) exemplifica bem o exposto acima. Desde sua instauração, o governo elaborou um discurso que se fundamentou explicitamente na defesa da ordem social, do progresso econômico e da segurança nacional contra a "ameaça comunista" (Avritzer, 2020), ecos da tradicional formação positivista das forças armadas no Brasil. Essa narrativa não apenas justificou o golpe de Estado efetuado em 1964, mas também consolidou um imaginário coletivo, em que os militares seriam os guardiões da nação, responsáveis pela estabilização e pelo desenvolvimento do país. Consoante as lições de Araújo,

Belinelli e Singer (2021), essa visão foi reforçada pela adoção de símbolos e discursos nacionalistas.

Essa espécie de distorção conveniente da realidade persiste até os dias atuais em diversos setores da sociedade, os quais reproduzem o conteúdo propagandístico da ditadura militar como se tivesse sido um período perfeito, com ordem e com crescimento econômico.

Não obstante, minimizam as violações de direitos humanos (Schargel, 2020) comumente praticadas à época. Trata-se, portanto, de um revisionismo que ignora aspectos fundamentais, como a censura, a tortura e o exílio de opositores políticos. Nesse sentido, Avritzer, Bragatto e Santana (2023) destacam que há a instrumentalização do artifício chamado de “revisão histórica” por setores conservadores e reacionários, com o fim de justificar a criminalização de movimentos sociais, a deslegitimação de instituições democráticas e a consolidação, no poder, de grupos de extrema direita pelo mundo afora, notadamente no Brasil.

No âmbito jurídico, a mitificação da ditadura se reflete na justificação acadêmica e/ou jurisprudencial da Lei da Anistia de 1979, que impediu a responsabilização de torturadores e violadores de direitos humanos, situação que foi alçada ao máximo da desfaçatez em 2010, pelo Supremo Tribunal Federal, o qual pacificou o entendimento de uma narrativa jurídica protetora e complacente com os agentes do Estado brasileiro que aviltaram os direitos mais básicos dos seres humanos durante a ditadura.

Já quanto às Relações Internacionais, as interpretações distorcidas da ditadura impactam a forma como o Brasil se posiciona no cenário institucional global, isto é, com rejeição a organismos internacionais multilaterais, ao ponto de relativizar as violações cometidas no período militar, fato que repercute negativamente na credibilidade do país internacionalmente (Nobre, 2022).

Sob a ótica teológica, durante a ditadura brasileira, setores da Igreja Católica se dividiram entre apoio e resistência ao regime. Alguns justificaram a repressão como um meio de preservar valores morais e cristãos, enquanto outros, como os adeptos da Teologia da Libertação, denunciaram as injustiças cometidas pelo Estado (Bingemer, 2022; Mesters & Orofino, 2022). O messianismo político, outrossim, teve um papel significativo nesse contexto. Como observa DeHanas (2023), regimes autoritários frequentemente se apropriam de discursos redentores, nos quais a figura do líder é apresentada como um salvador.

Portanto, a mitificação da ditadura militar não é apenas um fenômeno histórico, mas também um mecanismo de dominação político e jurídico que influencia a forma como a sociedade brasileira lida com seu passado. O estudo desse processo, portanto, revela os impactos de discursos idealizados em relação ao passado, bem como devoções messiânicas na

política e na memória coletiva dos brasileiros, em um amálgama que resulta, nos dias hodiernos, no fenômeno sociopolítico do bolsonarismo.

5. Bolsonarismo e o cristianismo brasileiro

No contexto brasileiro, o crescimento global da extrema direita encontrou terreno fértil por meio das redes sociais, utilizando-se do simbolismo e da representatividade de líderes políticos com discurso agressivo e excludente. Nesse cenário, Jair Messias Bolsonaro destacou-se por sua habilidade em reunir e conciliar setores distintos dentro do espectro da direita política, em um movimento que pode ser associado à lógica das seitas religiosas: baseado na rejeição ao outro; na busca de uma ascensão orientada por valores específicos; na exclusividade em relação ao restante da sociedade; e na fidelidade a um líder carismático, como Bolsonaro (Camurça, 2021). É essencial destacar a coexistência paradoxal entre setores conservadores e reacionários em torno de sua figura.

Dessa forma, o grupo de apoiadores, tanto eleitores quanto políticos, alinhados a Jair Bolsonaro é amplamente conhecido como “bolsonaristas”. Eles defendem, com frequência, ideias que se opõem ao socialismo, à igualdade, à intelectualidade e ao sistema político vigente; comumente, atribuem os problemas do país ao Partido dos Trabalhadores, fato que consolida sua identidade enquanto “antipetistas” e adversários das ideologias “esquerdistas” (Avritzer, 2020; Avritzer; Bragatto; Santana, 2023; Avritzer; Kerche; Marona, 2021). Dentro deste movimento, análises apontam que cristãos, tanto católicos quanto evangélicos, representam as parcelas mais expressivas de apoio, algo que se reflete no discurso, na estética e nas políticas defendidas pelos integrantes dessa extrema direita (Nobre, 2021; Nobre, 2022).

Em relação ao catolicismo, é importante observar que nem todos os segmentos aderem às pautas bolsonaristas. Pelo contrário, a Igreja Católica Apostólica Romana apresenta grande diversidade interna, abrigando tanto membros alinhados à esquerda quanto à extrema direita (Barreira & Magliano, 2020; Carranza, 2003; Mariz, 2021; Passos & Sanchez, 2024). Entre os setores mais conservadores, destacam-se os tradicionalistas e os carismáticos (associados ao pentecostalismo católico), que frequentemente refletem o lado mais reacionário da instituição (Barreira & Magliano, 2020; Carranza, 2003; Passos & Sanchez, 2024). Esses grupos tendem a apoiar publicamente movimentos de direita, com destaque para a extrema direita bolsonarista. Como exemplo, o Centro Dom Bosco, uma organização leiga católica focada em apologética, tem produzido conteúdos digitais enaltecendo Jair Bolsonaro, especialmente durante as eleições de 2022, quando desempenhou um papel ativo em campanhas de candidatos bolsonaristas,

incluindo o próprio Bolsonaro. Outro exemplo que merece destaque são os Arautos do Evangelho, uma ordem católica saudosista do período medieval, notadamente da organização militar e sacra do medievo.

Por outro lado, no campo não católico, é fundamental distinguir entre as tradições protestantes históricas e os movimentos evangélicos pentecostais e neopentecostais emergentes. O protestantismo histórico, originado da Reforma Protestante de 1517, abrange igrejas como a luterana, a presbiteriana e a metodista. Esses grupos, em geral, mostram-se mais abertos ao diálogo, ao ecumenismo e a pautas progressistas, frequentemente alinhando-se à maioria católica em debates sociais (Araújo, 2022).

Já os movimentos pentecostais e neopentecostais, que emergiram a partir do século XX com ênfase na Teologia da Prosperidade e do Domínio³, destacam-se pela valorização de práticas como cura, dons espirituais, glossolalia⁴ e imposição de mãos (Barreira & Magliano, 2020; Carranza, 2003; Mariano, 2014). Esses grupos têm crescido aceleradamente desde a década de 1980, em ritmo muito superior ao aumento populacional (Araújo, 2022; Barreira & Magliano, 2020; Carranza, 2003; Mariano, 2014). Pesquisas recentes apontam que, nas regiões com maior presença de neopentecostais, há uma tendência significativa de votos em candidatos e partidos de direita, sinalizando um distanciamento das pautas de esquerda (Araújo, 2022).

Ademais, especialistas identificam que o movimento bolsonarista é majoritariamente composto por grupos evangélicos fundamentalistas, especialmente os neopentecostais, bem como por católicos tradicionalistas e outros segmentos conservadores e reacionários (Araújo, 2022; Avritzer, 2020; Avritzer; Bragatto; Santana, 2023; Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Freixo & Pinheiro-Machado, 2019). Essa configuração reflete-se na estética, no vocabulário e no discurso político-religioso da extrema direita contemporânea, criando tensões com o princípio constitucional de laicidade do Estado brasileiro, um tema que merece análise aprofundada.

³ A Teologia do Domínio se baseia na concepção de “batalhas espirituais contra demônios hereditários e territoriais” e que “...na atualidade, vivemos e participamos de uma empedernida guerra cósmica entre Deus e Diabo pelo domínio da humanidade” (Mariano, 2014, p. 43-44).

⁴ Glossolalia é a alegada capacidade de “falar em línguas estranhas”, exaltada por alguns segmentos contemporâneos cristãos, baseada na passagem dos Atos dos Apóstolos, capítulo 2, versículo 1 (Barreira; Magliano, 2020; Carranza, 2003; Mariano, 2014).

6. O “Mito” de Jair e a cultura escatológica brasileira

A eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018, representou a consolidação de um fenômeno político-religioso, de vernizes autoritárias, que articulou elementos da cultura popular-escatológica brasileira com um apelo estético messiânico centrado na figura do “mito” Bolsonaro.

Essa alcunha popular de “mito”, atribuída ao ex-presidente por seus asseclas, não é meramente uma hipérbole laudatória-honorífica: ela carrega significados substanciais e profundos do imaginário social brasileiro, especialmente entre os setores influenciados por uma religiosidade popular de matriz escatológica e punitiva, notadamente com ecos do sebastianismo português do século XVI.

Neste sentido, o messianismo brasileiro é historicamente marcado pela tensão. De um lado, há a esperança escatológica por uma intervenção histórica, proveniente do transcendente, eminentemente redentora e misticamente salvadora. Do outro, existe a luta contra um mal concreto, no mundo entendido como “real”, por vezes simbolicamente representado por uma elite abstrata-opressora, por um império idealizado distante ou laconicamente por um “sistema corrupto”.

Jair Messias Bolsonaro, nessa dinâmica messiânica, foi projetado, por grandes parcelas populacionais brasileiras, como o salvador da nação, o protetor da pátria, isto é, aquele que busca “limpar”, “restaurar” e “libertar” o país de seus inimigos, tanto no âmbito interno (comunistas, globalistas, artistas e professores) quanto no âmbito externo (Venezuela e Cuba). É possível perceber no discurso de seus seguidores as temáticas reiteradas e insistentes sobre a situação caótica hodierna no tocante à moralidade, assim como uma desordem espiritual atual, em contraponto ao passado idealizado. Essa dicotomia marcadamente contraposta entre bem e mal, típica da mentalidade escatológica-apocalíptica, é constantemente mobilizada em suas campanhas e discursos.

Como observa Ari Pedro Oro, “a sacralização da política e a politização do sagrado são fenômenos que marcam o espaço público brasileiro, no qual a religião é mobilizada como recurso de autoridade simbólica e moral” (Oro, 2011, p. 79), fato que reconfigura o espaço deliberativo-público nacional, sob discursos eminentemente morais, baseados em vertentes religiosas fundamentalistas e tradicionalistas cristãs. Portanto, Jair Bolsonaro, ao invocar genericamente a Deus, à Bíblia e à família, ontologiza e instrumentaliza a crença sedimentada no imaginário brasileiro e, nesta toada, insere-se na tradição de lideranças carismáticas que se

autoassociam suas imagens pessoais a um plano divino de salvação nacional e/ou à redenção milenarista.

Faz-se mister destacar que o uso de símbolos religiosos não é novo no cenário político mundial, quiçá no Brasil, mas o advento do bolsonarismo catalisou o recurso à linguagem escatológica e à estética do combate espiritual ganha centralidade, após 30 anos de disputas político-deliberativas majoritariamente focadas em questões socioeconômicas sem vínculo direto com confissões religiosas.

Portanto, percebe-se um desenvolvimento político-religioso que confere ao bolsonarismo um caráter quase religioso, litúrgico e devocional, em que o líder é mais que um político, ou seja, é compreendido como o enviado, o escolhido, aquele que não pode ser criticado. Sobretudo, o movimento em torno de Jair Messias Bolsonaro mobiliza afetos e sentimentos das parcelas de brasileiros identificados com as diversas manifestações do cristianismo em território nacional.

Essa lógica-religiosa-escatológica messiânica traslada a política para o terreno de batalha espiritual, reinterpreta o sofrimento social como parte de um plano transcendente-divino, em que um ente mal (Diabo, Satanás, Inimigo) pretende sobrepujar os filhos do ente bom (Deus, Santos, Irmãos).

Conclui-se, pois, que o discurso bolsonarista opera sob a lógica da resignificação e do revisionismo histórico, a partir de uma releitura regressiva e autoritária do messianismo escatológico-milenarista tradicional. Esvazia-o, com efeito, de um eventual potencial libertador e/ou questionador, assim como passa a justificar as estruturas injustas e desiguais de poder hodiernas (status quo), ao ponto de sacralizá-las. O “mito” Bolsonaro, portanto, não é apenas uma caricatura carismática para seus seguidores, mas uma construção simbólico-narrativa que apresenta a cultura escatológica brasileira em sua expressão mais conservadora, excludente e tradicionalmente repressiva.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do messianismo político no Brasil, em sua intersecção com a religiosidade popular, revela uma gramática simbólica profundamente enraizada na história social, cultural e espiritual do país. Ao longo deste estudo, evidenciamos como práticas religiosas vernaculares e narrativas salvíficas se entrelaçaram à formação de subjetividades políticas, dando origem a lideranças carismáticas que operam no imaginário coletivo como figuras providenciais. Tais figuras, muitas vezes apresentadas como ungidas ou redentoras, canalizam angústias sociais e

expectativas por justiça, reordenação e sentido — especialmente em contextos marcados por crise e instabilidade.

A emergência contemporânea do bolsonarismo, analisada aqui como fenômeno sociopolítico e religioso, retoma e reconfigura elementos antigos do imaginário escatológico brasileiro. A figura do “mito” Jair Bolsonaro não apenas mobiliza códigos simbólicos religiosos e morais, mas inscreve-se numa longa linhagem de lideranças que assumem o papel de salvadores da pátria, atualizando os vestígios do sebastianismo e do milenarismo em chave política contemporânea. Nesse processo, a política adquire uma roupagem religiosa, e a religião, por sua vez, é instrumentalizada como linguagem de poder.

As implicações desse entrelaçamento são múltiplas e complexas. Por um lado, a religiosidade popular, longe de ser apenas expressão espiritual, revela-se um potente vetor de mobilização social e de construção de pertencimento. Por outro, sua apropriação por projetos políticos autoritários e excludentes tende a reforçar dicotomias morais, deslegitimar o dissenso e fragilizar os fundamentos democráticos, sobretudo quando líderes carismáticos passam a ocupar o lugar do sagrado, blindando-se de qualquer crítica sob a justificativa de uma missão divina.

Neste sentido, torna-se urgente e necessário problematizar os usos políticos da fé, especialmente quando estes caminham na direção da sacralização da autoridade e da naturalização de desigualdades. O reconhecimento da densidade simbólica da religiosidade popular não deve implicar sua idealização acrítica, tampouco seu desprezo como resíduo pré-moderno, mas sim sua análise contextualizada enquanto fenômeno cultural e político, capaz de produzir tanto emancipação quanto dominação.

Compreender a dinâmica entre cristianismo popular e messianismo político brasileiro é, portanto, compreender uma das chaves do imaginário político nacional — uma chave que permite elucidar os sentidos atribuídos à autoridade, à ordem e à esperança no cenário brasileiro contemporâneo. É também reconhecer que os discursos religiosos continuam a desempenhar um papel central na vida pública, exigindo atenção renovada por parte das ciências sociais e dos estudos em religião, não apenas para descrever tais fenômenos, mas para refletir criticamente sobre seus riscos, limites e possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Cicero. BELINELLI, Leonardo. SINGER, André. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. 1ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021.
- AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. 1ª ed., São Paulo, SP: Todavia, 2020.
- AVRITZER, Leonardo. BRAGATTO, Rachel Callai. SANTANA, Eliara. **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. 1ª ed., Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2023.
- AVRITZER, Leonardo. KERCHE, Fábio. MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1ª ed., Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.
- ALONSO, L. S. **Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro (Tese de Doutorado)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. [Partes III e IV], 2016.
- BARREIRA, César Mortari. MAGLIANO, Raymundo. **Capitalismo, catolicismo e neopentecostalismo**. 1ª ed., São Paulo, SP: Labrador, 2020.
- BINGEMER, M. C. L. **A mística na raiz das Teologias da Libertação**. Em Sbardelotti, E., Guimarães, E., & Barros, M. (Orgs.), 50 Anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios (Vol. 2). São Paulo: Editora Recriar, 2022.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3ª ed., São Paulo, SP: Unesp, 2011.
- Brito, C. L. de, & Lara, G. M. P. Elementos de messianismo em pronunciamentos de Jair Bolsonaro. SciELO Preprints, 2023.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Religião como organização**. In PASSOS, João Décio. USARSKI, Frank. **Compêndio da Ciência da Religião**. 1ª ed., 2ª reimp., São Paulo, SP: Paulus, 2021.
- CARRANZA, Brenda. **Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências**. 8ª ed., Aparecida, SP: Editora Santuário, 2003.
- Carlos Mesters, F., & Orofino, F. **A opção pelos pobres e a leitura popular da Bíblia na dinâmica da Teologia da Libertação**. Em Sbardelotti, E., Guimarães, E., & Barros, M. (Orgs.), 50 Anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios (Vol. 1). São Paulo: Editora Recriar, 2022.
- CUNHA, P. F. **Estado constitucional e messianismo político**. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça, 9(32), 15–25, 2015.
- DEHANAS, Daniel Nilsson. SHTERIN, Marat. **Religion and the rise of populism**. Religion, State & Society, 46(3), 177-185, 2018.
- DEHANAS, D. N. **The spirit of populism: sacred, charismatic, redemptive, and apocalyptic dimensions**. Democratization. DOI: 10.1080/13510347.2023.2284277, 2023.

DIAS, J. F. **O Messias já chegou e livrará “as pessoas de bem” dos corruptos: messianismo político e legitimação popular, os casos Bolsonaro e André Ventura.** POLIS, No 2 (II série), 2020.

PEREIRA, Diogo Neves. Cook e Collor, Lono e o Messias. **Marshall Sahlins e a articulação entre estrutura e história. Um possível caso brasileiro - Collor e a reprodução do mito messiânico na eleição presidencial de 1989.** Três Pontos Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, v.1, nº0, 2004.

FONTANA, M. **Sebastianismo em Pernambuco: memória dos movimentos da Serra do Rodeador e da Pedra do Reino.** Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres, do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004.

GODOY, M. H **Dom Sebastião no Brasil.** São Paulo: Perspectiva. [Capítulos 1 e 2], 2005.

GUIMARÃES, C. D., Santana, J. L., & Fonseca, R. S. (n.d.). **Massacre da Pedra Bonita: Intertextualidade, Sebastianismo e Ideologia.**

HUTTA, J. S. **Far-Right Messianism and Urban-Religious Reassembling in Brazil.** PoLAR: Political and Legal Anthropology Review, 44(1), 4p, 2021.

CORDEIRO, Maria da Conceição da Silva. SANTOS, Isis Tatiane da Silva dos. SILVA, David Junior de Souza **Ritualística do Ofício de Rezadeira: Uma Etnografia em Comunidade Quilombolas de Macapá, Amapá.** Revista Tempo Amazônico, 11(1), 2022.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022).** Varia Historia, 39(81), 2023.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** 5ª ed., São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

MARQUES, R. M., & Mendes, Á. **O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal.** Brazilian Journal of Political Economy, 26(1), 58–74.

Menezes, J. de. (2017). **Arte do Benzimento, A: Orações, Rezas, Benzeduras.** Editora Alfabeto, 2006.

MOTTA, R. G., & Mola, I. C. de F **História, Memória e Identidade na Guerra de Canudos: o Interdiscurso nos Posicionamentos do Exército Brasileiro e da Folha de São Paulo.** RPCA, 13(2), 2019.

NASCIMENTO, U. (2020). **Guerra de Canudos Como Reflexo da Política Republicana: Lições aprendidas da 3ª Expedição.** Universidade do Sul de Santa Catarina.

NEGRÃO, L. N. **Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. 16(46), 119–129, 2001.

NICOLETTI, Michelle. **Religion and Empire: Carl Schmitt’s Katechon between International Relations and the Philosophy of History.”** In International Law and

Religion: Historical and Contemporary Perspectives. Edited by Martti Koskenniemi, Mónica García-Salmones Rovira, and Paolo Amorosa, 363–382. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SOUZA, Ney de. **Igreja pobre, Igreja dos pobres. Vaticano II e sua influência na gestão da teologia da libertação.** Em Sbardelotti, E., Guimarães, E., & Barros, M. (Orgs.), *50 Anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios* (Vol. 1). São Paulo: Editora Recriar, 2022.

NOBRE, Marcos. **Limites da Democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro.** 1ª ed., São Paulo, SP: Todavia, 2022.

NOBRE, Marcos. **Ponto final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia.** 1ª ed., 5ª reimp., São Paulo, SP: Todavia, 2021.

OLIVEIRA, M. A. **Catolicismo Popular e a Igreja Romana.** São Paulo: Editora Fonte, 2019.

ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos. **Globalização e religião,** 1ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TAVARES, Olga. **Fernando Collor: O discurso messiânico, o clamor ao sagrado.** São Paulo: Annablume, 1998.

PARAIZO, M. A. C. (2017). **Populismo e o projeto de desenvolvimento do governo Lula (Dissertação de Mestrado).** Universidade Estadual Paulista (Unesp).

PEREIRA, J. C. (2011). **Interfaces do sagrado: Catolicismo popular - O imaginário nas devoções marginais.** Aparecida: Editora Santuário.

PESSOA, S. (2016). **Religiosidade Popular – França e Pernambuco – Diálogos, Expressões e Conexões.** São Paulo: Fonte Editorial.

PIRES, Thiago Vieira. **Ditadura Militar Brasileira e Produção Ideológica: Um Estudo de Caso Com Militares que Atuaram no Período Ditatorial.** Revista Cantareira, 2014.

RONSI, F. (2023). **A Religiosidade Transformadora de Padre Cícero Romão Batista.** Caminhos, 21(3).

SANTOS FILHO, A. **Movimentos messiânicos e religiosidade popular no Brasil (1808-1938).** Editora Benedictus. [Capítulos 1-5; Capítulos 6-8], 2022.

SCHARGEL, S. (2020). **O golpe do golpe: a ascensão do revisionismo da ditadura militar brasileira.** Akropolis, 28(2), 155–164.

SOUSA, Emerson J. F. de. **O Catolicismo Popular Brasileiro: Notas em Torno da sua Invenção Historiográfica.** *Temporalidades – Revista de História* 13(2), Edição 36, 2021.

ZÚQUETE, José Pedro. **Populism and Religion.** In *The Oxford Handbook of Populism*, edited by Cristóbal Rovira Kaltwasser, Paul Taggart, Paulina Ochoa Espejo, and Pierre Ostiguy. Oxford: Oxford University Press, 2017.